



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Departamento de Direito Civil e Processual Civil

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Direito Processual Civil C Código: DC 445

Natureza:
(X) Obrigatória () Semestral (X) Anual () Modular
() Optativa

Pré-requisito: Co-requisito: Direito Processual Civil B (DC 444) Modalidade: (X) Totalmente Presencial () Totalmente EAD () Parcialmente EAD: _____*CH

CH Total: 90h CH Semanal: 3h Prática como Componente Curricular (PCC): Atividade Curricular de Extensão (ACE): 15h	Padrão (PD): 75h	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR): 15h	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
---	------------------	-------------------	-------------	---------------	---------------------	--------------------------	---------------------------------------

EMENTA

Preclusão e coisa julgada. Tutela provisória. Cumprimento de títulos judiciais e Processo de execução. Noções preliminares. Execução para a entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos do devedor. Processo cautelar. Tutela de aparência. Tutela cautelar e medidas cautelares. Procedimento cautelar.

PROGRAMA

1. PRECLUSÃO E COISA JULGADA

1.1. Preclusão:

- a) conceito;
- b) características;
- c) efeitos.

1.2. Coisa julgada:

- a) conceituação;
- b) natureza política;
- c) principais doutrinas a respeito.

1.3. Ainda a coisa julgada:

- d) coisa julgada e preclusão;

e) coisa formal e coisa julgada material.

1.4. Limites da coisa julgada:

- a) limites objetivos;
- b) limites subjetivos;
- c) efeitos da rebus sic stantibus.

1.5. Infirmação da coisa julgada:

- a) ação rescisória e embargos do devedor;
- b) ação anulatória (art.486);
- c) mandado de segurança.

1.6. Ação rescisória:

- a) cabimento;
- b) competência;
- c) procedimento;
- d) antecipação da tutela (suspensão da sentença rescindenda).

2. TUTELA PROVISÓRIA

2.1. Tutela provisória de aparência e de evidência

- a) conceito e fundamentos
- b) espécies
- c) requisitos
- d) efetivação
- e) fungibilidade

3. CUMPRIMENTO DE TÍTULOS JUDICIAIS E PROCESSO DE EXECUÇÃO - NOÇÃO PRELIMINAR

3.1. Execução ação executiva e processo de execução. Ação executiva. Distinção entre ação executiva e ação mandamental. O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento.

3.2. Técnica executiva e tutela dos direitos

- a) a sentença sujeita a execução
 - b) tutela dos direitos e sentença
 - c) meios executivos e tutela dos direitos
- 3.3. A execução dos títulos no Brasil. Espécies de execução. Execução e cumprimento de sentenças

- a) execução direta e indireta
- b) execução mediante o constrangimento da vontade do devedor
- c) execução mediante sub-rogação
- d) execução por expropriação

3.4. Princípios da execução no direito nacional

3.5. Requisitos para a execução. Título executivo e extrajudicial. A unificação das vias executivas na história.

- a) definição de título executivo
- b) espécies de títulos
- c) requisitos dos títulos executivos
- d) liquidação dos títulos judiciais

3.6. Ainda os requisitos para a execução. Inadimplemento.

3.7. Responsabilidade patrimonial. Impenhorabilidade. Fraude a execução e fraude contra credores.

3.8. Legitimidade para o cumprimento de sentença e para a execução.

3.9. Competência para o cumprimento de sentença e para a execução.

4. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE PRESTAÇÕES PARA A ENTREGA DE COISA

4.1. Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa

4.2. Execução para a entrega de coisa certa: Generalidades. Linhas fundamentais do procedimento. Casos especiais. Entrega de coisa incerta: Generalidades. Procedimento.

4.3. Retenção por benfeitorias

5. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS PRESTAÇÕES E OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

5.1. Cumprimento das prestações de fazer e não fazer. Meios e indução e de sub-rogação. Tutela específica e resultado prático equivalente. Conversão da prestação em perdas e danos. Prestações fungíveis e infungíveis.

5.2. Execução das obrigações de fazer. Execução por indução e por sub-rogação. Prestações fungíveis e infungíveis.

5.3. Execução das obrigações de não fazer: Generalidades. Procedimento

5.4. Ação para emissão de declaração de vontade.

6. CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS QUE IMPÕEM O PAGAMENTO DE SOMA EM DINHEIRO

6.1. Os poderes do juiz na imposição de prestações de pagamento de soma em dinheiro

6.2. Fase inicial do incidente. Requerimento da execução e penhora de bens. Títulos judiciais que dependem de processo autônomo para a execução.

6.3. Penhora. Definição. Objetivo. Nomeação de bens à penhora pelo credor. Procedimento. Efeitos. Modificação da penhora. Depósito dos bens. Avaliação dos bens penhorados

6.4. Impugnação ao cumprimento de sentença. Conceito, forma e matérias alegáveis. Efeito suspensivo. Tramitação e decisão. Estabilidade da decisão

6.5. Expropriação. Adjudicação. Alienação particular. Alienação pública. Outras formas de satisfação do credor

6.6. Processo de execução de quantia certa fundado em título executivo extrajudicial

a) fase inicial

b) penhora e avaliação dos bens

c) alienação dos bens

d) pagamento ao credor

e) Embargos do executado. Conceito e fundamentos. Pressupostos. Competência. Legitimidade. Procedimento. Decisão.

6.7. Modalidades especiais de execução por quantia certa contra devedor solvente: Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução fiscal

6.8. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.

a) Generalidades: Pressupostos. Estrutura geral.

6.9. Extinção das obrigações: Generalidades. Procedimento. A sentença e seus efeitos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar conhecimento teórico e prático ao aluno. Incentivar a reflexão crítica

OBJETIVO ESPECÍFICO

Apresentar ao aluno os conceitos básicos no campo da preclusão e da coisa julgada. Descrever os mecanismos de tutela provisória disciplinadas pela lei processual civil. Oferecer ao aluno um panorama geral sobre os mecanismos de cumprimento de títulos judiciais e de execução de títulos extrajudiciais no direito brasileiro.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e seminários

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Provas escritas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. Curso de processo civil – processo de conhecimento. São Paulo: RT.

WAMBIER, Luis Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*. São Paulo: RT.

KOZIKOSKI, Sandro. CAMBI, Eduardo. DOTTE, Rogéria. PINHEIRO, Paulo. MARTINS, Sandro. *Curso de processo civil completo*. São Paulo: RT.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. Vol. 1. Salvador: JusPodivm.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CAMARA, Alexandre Freitas. *Manual de direito processual civil*. Rio de Janeiro Atlas.

SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de Processo Civil.

ASSIS, Araken de. *Processo civil brasileiro*. São Paulo: RT.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. Salvador: JusPodivm.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. *Manual do processo civil*. São Paulo: RT.

ABELHA, Marcelo. *Manual de execução civil*. Rio de Janeiro: Forense.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CRUZ ARENHART, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/05/2022, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO XAVIER LEONARDO, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL -JD**, em 01/06/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4435914** e o código CRC **61A533E1**.